

ANEXO B – PRAZO DILATADO - MINUTA DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES E A EMPRESA xxxxxxxxx OBJETIVANDO PERMISSIONAMENTO A TÍTULO PRECÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO, MEDIANTE REMUNERAÇÃO, DE UM ESPAÇO PÚBLICO NO PARQUE MUNICIPAL RUY RAPHAEL DA ROCHA, COM ACESSO PELA RUA FRANCISCO JOSÉ TONIN, DEFRONTE O NÚMERO 216, NO JARDIM FAXINA, COM VISTAS A IMPLANTAÇÃO DE BAR E LANCHONETE, PARA EXPLORAÇÃO DE TERCEIROS, ATRAVÉS DE PERSONALIDADE JURÍDICA DEVIDAMENTE CONSTITUÍDA

DATA: ____ de ____ de 2023.

PRAZO: até 12(doze) meses corridos, com possibilidade de prorrogação.

VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 2023: R\$ ____.

LICITAÇÃO: Edital de Chamamento 01/2023 – PRAZO DILATADO.

CONTRATO DE PERMISSIONAMENTO: ____/2023.

Cláusula 1ª - DAS PARTES

1.1. A **Prefeitura do Município de Santa Gertrudes**, inscrita com CNPJ 45.732.377/0001-73, com sede à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, CEP.: 13.510-039, E-mail: gabinete@santagertrudes.sp.gov.br, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Lázaro Noé da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua 04, nº 1.062, Centro, Santa Gertrudes/SP, CEP.: 13.510-011, portador do CPF 017.301.528-05 e do RG 12.798.377-6, E-mail: drogagino@uol.com.br, adiante designada simplesmente PREFEITURA, e;

1.2. A empresa _____, inscrita com CNPJ _____, com sede a _____, _____, Bairro, _____/____, E-MAIL INSTITUCIONAL: _____, adiante designada simplesmente PERMISSIONÁRIA, por seu representante legal, _____, nacionalidade, estado civil, portador do CPF _____ e do RG _____, residente e domiciliado a _____, _____, Bairro, _____/____, E-mail PESSOAL: _____, ajustam o seguinte:

Cláusula 2ª - DO OBJETO DO PERMISSIONAMENTO

2.1. Constitui objeto deste contrato o **permissionamento a título precário e por prazo determinado, mediante remuneração, de um espaço público no Parque Municipal Ruy Raphael da Rocha, com acesso pela Rua Francisco José Tonin, defronte o número 216, no Jardim Faxina, com vistas a implantação de bar e lanchonete, para exploração de terceiros, através de personalidade jurídica devidamente constituída**, obrigando-se a PERMISSIONÁRIA a:

2.1.1. Promover a instalação de um bar e lanchonete, bem como dotar suas dependências dos equipamentos necessários ao seu bom e regular funcionamento, num prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, a contar da data da celebração do Contrato de Permissionamento, sob pena de cassação dos direitos(**quando se tratar de pessoa jurídica já constituída**), sendo que o início das atividades será concomitante à emissão do alvará de funcionamento e ordem de serviço;

2.1.1.1. Quando se tratar de pessoa física **terão o prazo improrrogável de 40 (quarenta) dias, para constituir pessoa jurídica**, em qualquer modalidade, compatível com o objeto a ser explorado, a contar da data da celebração do Contrato de Permissionamento,

concomitantemente com a instalação de um bar e lanchonete, bem como dotar suas dependências dos equipamentos necessários ao seu bom e regular funcionamento, sendo que o início das atividades será concomitante à emissão do alvará de funcionamento e ordem de serviço;

2.1.2. Promover a abertura do estabelecimento todos os dias da semana, inclusive sábados e domingos, encerrando suas atividades no horário determinado no alvará municipal, podendo estender-se, excepcionalmente, desde que autorizado pela Prefeitura;

2.1.3. Manter em perfeito estado de higiene e segurança o prédio em alvenaria, todos os equipamentos e as suas dependências, bem como os sanitários públicos ali alocados;

2.1.4. Manter e conservar todas as dependências do local permissionado, inclusive os sanitários públicos ali alocados;

2.1.5. Servir alimentos (refeições, lanches, porções, pizzas, salgados, quitutes, dentre outros), doces e bebidas (água, refrigerante, suco, cerveja, destilados, dentre outros), sendo que as bebidas deverão ser servidas, preferencialmente, em copos plásticos descartáveis;

2.1.6. Obedecer aos preços comuns de mercado para exploração da atividade comercial prevista neste Contrato, com observância às tabelas oficiais, quando houver, a critério e decisão da PREFEITURA;

2.1.7. Responsabilizar-se por toda segurança do local e equipamentos;

2.1.8. Iniciar as atividades quando da emissão do alvará de funcionamento e ordem de serviço.

2.1.9. Assumir os pagamentos integrais das contas referentes aos consumos de água, afastamento dos esgotos sanitários e da energia elétrica do prédio, contas estas que serão emitidas em nome do permissionário, após a individualização, com a instalação de relógios de luz e hidrômetro;

2.1.9.1. É de responsabilidade do permissionário a instalação e manutenção do relógio e hidrômetro.

2.1.9.2. A manutenção das ligações de água e energia elétrica são de responsabilidade do permissionário.

2.1.10. Recolher aos cofres da PREFEITURA até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao uso e exploração do espaço público, o valor da remuneração pelo permissionamento;

2.1.11. Instalar todos os equipamentos necessários ao bom e regular funcionamento do objeto deste permissionamento.

2.1.12. Constituir pessoa jurídica, em qualquer modalidade, de acordo com o ramo de atividade a ser exercido.

2.1.13. Assumir o ônus pelo atraso no recolhimento da remuneração mensal, o que acarretará uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do permissionamento, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária calculada através do IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da PREFEITURA, sendo que a partir do 3º (terceiro) mês de atraso, será cassado o permissionamento, garantida a ampla defesa da PERMISSONÁRIA.

2.1.14. Ciência da **PROIBIÇÃO de jogos eletrônicos e máquinas de azar no espaço público** objeto deste permissionamento, sob pena de que se houver constatação de existência desses jogos, o permissionamento será **RESCINDIDO**, sem prejuízo de multas e sanções cabíveis.

Cláusula 3ª - DO VALOR MENSAL DO PERMISSIONAMENTO

3.1. O valor mensal do permissionamento é de R\$ _____
(_____), valor este que a PERMISSONÁRIA deverá pagar diretamente a

PREFEITURA, em parcelas mensais, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao uso e exploração do espaço público.

Cláusula 4ª - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. Este contrato terá vigência de até **12(doze) meses corridos**, contados da data da sua celebração, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses corridos e consecutivos, se houver interesse público devidamente fundamentado, nos moldes do disposto no artigo 57, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

Cláusula 5ª - DAS RESPONSABILIDADES DA PERMISSIONÁRIA

5.1. A PERMISSIONÁRIA é responsável pela boa qualidade dos serviços prestados.

5.2. A PERMISSIONÁRIA obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar a procedência e a qualidade dos serviços prestados.

5.3. A PERMISSIONÁRIA deverá responder pelos serviços que executar, na forma da Lei;

5.4. A PERMISSIONÁRIA deverá prover os serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

5.5. A PERMISSIONÁRIA deverá conduzir os serviços de acordo com as normas trabalhistas, com estrita obediência as leis vigentes.

5.6. A PERMISSIONÁRIA deverá realizar obras e benfeitorias necessárias à adequação das normas sanitárias, não tendo direito a reembolso ou indenização.

5.7. A PERMISSIONÁRIA deverá respeitar todas as exigências contidas no Edital de Chamada Pública 01/2023 e cláusula 2ª deste contrato.

Cláusula 6ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A PERMISSIONÁRIA ficará sujeito as seguintes penalidades, por inobservância as condições estabelecidas neste Contrato de Permissionamento:

6.1.1. Advertência escrita com prazo para sanar a pendência;

6.1.2. Interdição sumária de sua atividade até que seja sanada a pendência;

6.1.3. Cassação da permissão e desocupação imediata do imóvel permissionado;

6.2. As penalidades previstas são autônomas e sua aplicação cumulativa será regida pelo artigo 87, §§ 2º e 3º, da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações.

6.3. O valor das multas aplicadas será de 2% (dois por cento) sobre o valor do permissionamento, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária calculada através do IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da PREFEITURA, sendo que a partir do 3º (terceiro) mês de atraso, será cassado o permissionamento, garantida a ampla defesa da PERMISSIONÁRIA.

6.4. Em caso de infrações referentes a execução do objeto, o valor da multa a ser aplicada deverá ser de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração.

Cláusula 7ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à PERMISSIONÁRIA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

7.1.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua empresa dissolvida ou deixar de existir;

7.1.2. Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

7.1.3. Paralisar os serviços durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

7.1.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a prestação dos serviços;

7.1.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

7.2. A PERMISSIONÁRIA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

Cláusula 8ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1. A PREFEITURA não investirá nenhum tipo de recurso financeiro neste contrato de permissionamento.

Cláusula 9ª - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. O valor do permissionamento mensal **será reajustado anualmente**, utilizando-se como parâmetro de reajuste o IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da PREFEITURA.

9.2. O prazo para o reajuste será de 12 (doze) meses corridos, contados da data da celebração deste Contrato de Permissionamento.

Cláusula 10ª - DO SUPORTE LEGAL

10.1. Este contrato é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

10.1.1. Constituição Federal;

10.1.2. Lei Orgânica Municipal;

10.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93 e posteriores alterações;

10.1.4. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

Cláusula 11ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. A PERMISSIONÁRIA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente, sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato de permissionamento, não terá vínculo empregatício algum com a PREFEITURA.

11.2. Fica expressamente proibida a subcontratação total deste contrato, sem a anuência escrita e expressa da PREFEITURA.

11.3. A PERMISSIONÁRIA assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

11.4. As dúvidas surgidas na aplicação deste contrato, bem como os casos omissos serão solucionados pelo Secretário de Esportes – Demetrius Wilian Podenciano, ouvidos os órgãos técnicos especializados, ou profissionais que se fizerem necessários.

11.5. A PREFEITURA poderá, através de comunicação escrita e por prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias, retomar, sem indenização de qualquer espécie, o referido permissionamento, desde que o mesmo esteja sendo explorado em desconformidade

com o estipulado por este contrato, bem como se o mesmo se revelar insuficiente para o atendimento dos usuários, ou, ainda, se deixar de atender ao interesse público.

11.6. Não havendo mais interesse da PERMISSIONÁRIA em explorar o objeto do permissionamento, a mesma deverá comunicar a PREFEITURA com antecedência, estabelecendo um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o encerramento das atividades, devendo entregar o imóvel totalmente desocupado, sem que lhe caiba qualquer tipo de indenização a título de ressarcimento de despesas ou investimentos.

11.7. A PERMISSIONÁRIA declara nesse ato que vistoriou o imóvel e que ele está em perfeitas condições, devendo ao final do contrato devolver o imóvel nessa mesma condição.

11.8. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidos administrativamente.

11.9. Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

**Lázaro Noé da Silva
Prefeito Municipal**

Permissionária

Testemunhas:

1. Danielle Zanardi Leão Silva;

2. Rafael Stabellini Colabone;